

à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Clarisse» deve ler-se «Clarice».

8 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

#### Despacho (extracto) n.º 14 000/2007

Por meu despacho de 28 de Março de 2007, no uso de competência delegada, foi Sílvia Cristina André Pereira, chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com a mesma carreira e categoria, com efeitos a partir de 15 de Março de 2007, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

### Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

#### Aviso n.º 11 960/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas, nas Delegações do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (Norte, Centro e Sul), para consulta, as listas de antiguidade dos funcionários deste Instituto reportadas a 31 de Dezembro de 2006.

Da organização das referidas listas cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Pessoa Vieira*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

#### Despacho n.º 14 001/2007

Por despacho de 6 de Junho de 2007 do Secretário de Estado do Ambiente, por delegação, foi a Armando José Mariano Redentor, técnico superior do quadro do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), autorizada a atribuição do estatuto de bolseiro no País, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, pelo período de quarenta e oito meses, equivalente ao período de duração do projecto de investigação, com dispensa total do exercício de funções e sem vencimento, sem prejuízo de cooperação pontual com o ICNB, I. P., nos assuntos que, pela sua importância, exijam uma participação técnica específica na área da sua formação académica. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — O Chefe do Gabinete, *Carlos José de Oliveira Brito de Sá*.

### Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

#### Despacho n.º 14 002/2007

A Câmara Municipal da Vidigueira deliberou, em 25 de Outubro de 2006, proceder à alteração do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/93, de 15 de Maio, com o objectivo de proceder a pequenos ajustamentos regulamentares de modo a alargar o âmbito das actividades económicas que podem vir a instalar-se nos espaços industriais dos vários centros urbanos.

Considerando os elementos apresentados para efeitos de justificação da pretendida alteração do Plano Director Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 380/99,

de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e do n.º 10.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta a proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de alteração do Plano Director Municipal da Vidigueira e as designações efectuadas pelos membros do Governo, nos termos do n.º 16.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril:

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, determino:

1 — É constituída a comissão mista de coordenação (CMC) que acompanhará o procedimento de alteração do Plano Director Municipal da Vidigueira, a qual é presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo Urbano, nos termos do disposto no n.º 5.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril.

2 — A CMC integra, para além do representante referido no número anterior, um representante das seguintes entidades:

Direcção Regional de Economia do Alentejo;  
Estradas de Portugal, E. P. E.

4 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

#### Despacho n.º 14 003/2007

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuição e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo estrutural misto.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, foi fixado o número máximo de unidades flexíveis de cada CCDR.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada, visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDR Algarve;

Considerando que a licenciada Maria da Conceição Catarina de Jesus Gago possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão), da Divisão de Monitorização dos Recursos Hídricos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a licenciada Maria da Conceição Catarina de Jesus Gago, técnica superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

#### ANEXO

##### Curriculum vitae

Identificação — Maria da Conceição Catarina de Jesus Gago.

Data de nascimento — 27 de Maio de 1966, Loulé.

Habilitações académicas — licenciatura em Química Industrial pela Universidade de Coimbra, concluída em Dezembro de 1990.

**Actividade profissional:**

Desde 18 de Abril de 2001 exerce funções de chefe da Divisão da Monitorização Ambiental, onde desenvolve acções de gestão das redes de monitorização dos recursos hídricos e da rede de qualidade do ar. Coordena os programas de monitorização dos aterros sanitários e de águas balneares. É vogal da SCT72 e da SC3 da CT71 — sub-comissões técnicas de normalização. Desempenha funções de gestora da qualidade do laboratório da CCDR do Algarve, em regime de substituição. É membro das comissões técnicas das águas balneares e das águas para produção de água para consumo humano;

Em Dezembro de 2006 conclui o Programa de Formação em Administração Pública — FORGEP;

De 1 de Outubro de 1992 a 17 de Abril de 2001 desenvolve a sua actividade no laboratório de águas da DRAOT — Algarve, onde efectua determinações analíticas em rotina, implementa novos métodos analíticos, participa no desenvolvimento dos procedimentos de controlo de qualidade, é vogal suplente na SCT2 — Subcomissão Técnica de Normalização da Qualidade da Água (métodos analíticos físico-químicos), ministra formação técnica no âmbito da monitorização dos recursos hídricos, integrada no plano de acção conjunta, criado ao abrigo do despacho conjunto n.º 612/98, celebrado pelos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e do Ambiente;

De 29 de Abril de 1991 a 31 de Agosto de 1994 lecciona as disciplinas de Trabalhos Manuais, Matemática (4.º grupo), do 5.º e 6.º anos de escolaridade, Ciências da Natureza, Matemática, do 5.º e 6.º anos de escolaridade, Técnicas Laboratoriais de Química, integrada no plano de curso para o 10.º ano de escolaridade, na Escola Preparatória da Mealhada, Escola C + S de Santa Clara, Escola Integrada C + S de Febres, Escola C + S Dr. Joaquim Magalhães e na Escola Secundária João de Deus, respectivamente.

**Despacho n.º 14 004/2007**

Conforme previsto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na directora de serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, Dr.ª Ana Lúcia Cabrita Guerreiro, os poderes para proceder à autorização de todos os pagamentos no âmbito do orçamento de funcionamento e do orçamento PIDDAC, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

**Despacho n.º 14 005/2007**

Conforme previsto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na directora de serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira, Dr.ª Ana Lúcia Cabrita Guerreiro, ou, na sua ausência, na Dr.ª Carla Eliane Neves Dores, chefe da Divisão de Gestão Financeira, os poderes de validação dos pagamentos no *homebanking*, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

25 de Maio de 2007. — O Presidente, *José António de Campos Correia*.

**Departamento de Prospectiva e Planeamento****Despacho n.º 14 006/2007**

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que a licenciada e mestra Conceição Maria Almeida Duarte Silva Cunha Matos possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Informática a licenciada, e mestra Conceição Maria Almeida Duarte Silva Cunha Matos, assessora principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

**Nota curricular**

Conceição Maria Almeida Duarte Silva Cunha Matos licenciou-se em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, em 1972; concluiu, em 1973, uma pós-graduação em Matemática Aplicada à Investigação Operacional pela Fundação Gulbenkian, em 1977, uma pós-graduação em Microeconomia pela Fundação Gulbenkian e é mestre em Engenharia Informática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, grau obtido em 1991. É funcionária do DPP desde 1994, onde é assessora principal, tendo exercido o cargo de directora de serviços do Núcleo de Informática. Iniciou a sua actividade profissional em 1973, inicialmente como docente de Estatística e de Complementos de Matemática no ISCEF e no ISCSP, e, a partir de 1975, na Direcção-Geral do Comércio, primeiramente na área de planeamento do abastecimento e, posteriormente, no Departamento de Informática. Neste serviço exerceu funções de chefe de divisão e, a partir de 1984, as de directora de serviços. Em 1985 passou a dirigir o Serviço de Informática do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, exercendo a coordenação das actividades a nível de organização e informática do referido Gabinete e do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. Em 1994 passou a ocupar o lugar de directora de serviços do Núcleo de Informática do DPP até à actualidade. Tem desenvolvido trabalhos na área da criação e gestão de serviços de informática, gestão de parques informáticos, concepção e desenvolvimento de sistemas de informação especializados, definição e gestão das principais aplicações informáticas dos diferentes organismos em que trabalhou, promoção da divulgação das novas tecnologias de informação junto dos utilizadores finais, apoio aos utilizadores internos e externos na utilização de novas tecnologias. Tem participado em diversos grupos de trabalho no âmbito da Administração Pública; tem representado, quer o DPP quer os outros organismos em que trabalhou, a nível informático, em reuniões nacionais e internacionais. Realizou diversos trabalhos nas áreas do planeamento, da gestão informática, do tratamento e análise de inquéritos, da técnica informática, do ensino e do voluntariado, dos quais alguns foram publicados em revistas nacionais e internacionais. Na sua formação profissional mais relevante salienta-se a frequência do Seminário de Alta Direcção do INA, outras acções de formação ministradas no INA, diversas acções de formação em Portugal e no estrangeiro e estágios em organizações congéneres, nomeadamente em França e na Alemanha.

**Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território****Despacho n.º 14 007/2007**

Por despacho do inspector-geral do Ambiente de 29 de Maio de 2007, proferido nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, Eduardo Filipe Fernandes Capucho Amaro, técnico superior de 1.ª classe, posicionado no escalão 2, índice 475, foi nomeado por reclassificação profissional na categoria de inspector, da carreira de Inspecção superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente, escalão 1, índice 500, e Susana Maria de Jesus Augusto, técnica de 1.ª classe, posicionada no escalão 1, índice 355, foi nomeada por reclassificação profissional na categoria de inspector, da carreira de inspecção superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente, escalão 1, índice 500.

Estas nomeações produzem efeito à data do despacho.

5 de Junho de 2007. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Ana Maria Veríssimo*.